

# Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM

Luciana Oliveira Messeder Ballardo<sup>1</sup>  
Saul Eduardo Seiguer Milder<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** Este artigo apresenta a implantação de um sistema de documentação para o patrimônio material abrigado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA/UFSM). O sistema procura atender as necessidades documentais do acervo seguindo parâmetros técnicos e utilizando mecanismos que auxiliem na organização e recuperação dos objetos, tanto fisicamente como as informações a eles relacionadas. Previamente, o artigo apresenta uma análise bibliográfica acerca da documentação museológica em acervos de Patrimônio Material de forma geral, e também, especificamente a documentação de patrimônio arqueológico. Em seguida, o processo de documentação que está sendo utilizado no laboratório. E por fim, aponta as contribuições para esta área de estudo, que podem ser usadas como referencial na elaboração de novos sistemas para documentação de Patrimônio Material Arqueológico.

**PALAVRAS-CHAVE:** *patrimônio material, arqueologia, documentação museológica.*

---

**ABSTRACT:** This article presents the implantation of a documentation system for Laboratory of Archaeological Studies and Research from the Federal University of Santa Maria (LEPA/UFSM). The system seeks to attend the needs from collection, following technical parameters and using mechanisms that assist in the organization and find the objects and the information about them. Previously, the article shows a bibliography analysis about museological documentation of Material Patrimony in general and archaeological heritage documentation. Right away, the documentation process is being used in the laboratory. In conclusion, it shows the contributions to be a referential in future work in this thematic.

**KEY-WORDS:** *material patrimony, archaeology, museological documentation.*

---

<sup>1</sup> Mestranda em Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM), Brasil; Bacharel em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil; Museóloga pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil; Professor do Mestrado em Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM), Brasil.

## Introdução

Nos últimos anos tem havido muitos avanços na área de Documentação Museológica, pois os diferentes acervos que antes eram analisados com uma metodologia mais geral e abrangente, usando sistemas que muitas vezes não atendiam as especificidades, hoje são abordados considerando as características que os diferenciam de qualquer outro acervo, inclusive os de mesma tipologia.

As primeiras discussões sobre Documentação Museológica, por volta da década de 1970, focavam-se em criar uma ferramenta que preservasse um conjunto de informações relativas à descrição das peças no museu (ICOM/UNESCO, 1970, p. 19).

Apenas na década de 1980 é que a documentação museológica passa a se relacionar com a pesquisa científica a partir de duas vertentes: a francesa, que se preocupa com o objeto como fonte de informação e “portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que, para uma abordagem museológica, precisam ser identificadas”; e a americana, cujo objetivo maior é a eficiência na organização e indexação dos objetos e os dados registrados (Yassuda, 2009, p. 35), tornado a documentação...

*“(...) um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento... que, sobretudo na literatura produzida nos Estados Unidos, confunde-se com o que denominam Registration” (Ferrez, 1994, p. 65).*

Na década seguinte, o enfoque passa a se concentrar na questão da terminologia e na criação de uma padronização no uso de vocábulos e também no aspecto descritivo do objeto que culmina na criação do Thesaurus para acervos museológicos consolidados, como...

*“(...) instrumento de controle da terminologia utilizada para designar os documentos/objetos criados pelo homem e existentes nos museus, em particular os de caráter histórico. Elaborado para atender, sobretudo, à recuperação de acervos museológicos, seja ela manual ou automatizada, procura apresentar um sistema internamente consistente para a classificação e denominação de artefatos.” (Ferrez, 1987, p. 17).*

Atualmente, o principal interesse dos organismos internacionais como o CIDOC/ICOM é a criação de normas de inventário que viabilize a padronização das práticas nesse campo e o intercâmbio de conhecimento nessa área. A recomendação é que as instituições que abrigam acervos de Patrimônio Material passem a basear-se “em ideias desenvolvidas por cinco projectos existentes, aplicados pela maioria dos museus. A abordagem global baseia-se no Manual de Procedimentos da AFRICOM, desenvolvido pelo ICOM e pelo Comité Coordenador da AFRICOM, para utilização nos museus em África” (ICOM, 2004, p. 35-36).

Esse por sua vez...

*“(...) foi muito baseado num conjunto de directrizes mais gerais desenvolvidas pelo Comité Internacional para a Documentação do ICOM (CIDOC) (Conselho*

*Internacional de Museus. Comité Internacional para a Documentação, 1995). O terceiro modelo geral é o padrão ESPECTRO, desenvolvido pela Associação de Documentação para Museus do Reino Unido (MDA). Todo o padrão ESPECTRO é uma publicação significativa (Associação de Documentação do Museu, 1997; Ashby, McKenna e Stiff, 2001), mas o MDA também emitiu um manual de catalogação que incorpora os campos principais (Holm, 2002). O quarto padrão é o Objecto ID, desenvolvido como um guia específico para a informação, muito útil no caso de um objecto roubado (ver o capítulo sobre Tráfico Ilícito) (Thornes, 1999). O padrão final é o Dublin Core (DC), desenvolvido como meio para obter recursos de informação na Internet (Dublin Core, 2004).” (ICOM/UNESCO, 2004, p. 36).*

Além disso, organismos em contexto nacional também têm se preocupado com a normatização da documentação museológica. O IPM (Instituto Português de Museus) criou normas de inventário a fim de padronizar os sistemas de documentação museológica acordando com a tipologia de acervo. Dessa forma, todos os procedimentos práticos e de organização das informações são elaborados de forma a atender especificamente acervos etnográficos, arqueológicos, de artes, de mobiliário, de esculturas, tratando-os de acordo com as necessidades (Pinho, 2000, p. 7 e 8).

O IPM criou um Programa Matriz que após submeter-se ao processamento de acervo no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Monográfico de Conímbriga, os induziu a elaborar uma nova estrutura dentro do Programa, utilizando a escolha da subcategoria

como item identificador da tipologia do acervo arqueológico e, portanto, gerando campos específicos para este tipo de objeto. Itens como contexto arqueológico e datação passaram a ser inseridos. Após análise das importantes informações que o sistema Endovellicus, criado pelo Instituto Português de Arqueologia, preserva e gerencia, estas foram consideradas e adicionadas ao sistema utilizado pelo Instituto Português de Museus (Raposo, 2000, p. 27).

O CIDOC/ICOM promove um trabalho focado na padronização de normas de documentação, “no que concerne aos temas do processamento técnico da informação, das linguagens documentárias, das terminologias, dos padrões, normas, modelos e formas de ação em variados meios comunicacionais etc.” utilizando como ferramenta diferentes grupos de trabalho, a exemplo do *Conceptual Reference Model Special Interest Group*, Grupo de Interesse Especial Modelo Conceitual de Referência criado em 2000 (Lima, 2003, p. 139). No entanto, em nosso país, esse organismo tem uma atuação pouco consistente, e, portanto, diferentemente da sua influência na Europa, exime-se da criação de normas e padronização em sistemas documentais.

No Brasil, a criação de normas padronizadas para sistemas de documentação está limitada a catalogação e a terminologia adotada, no entanto, experiências que estão funcionando em instituições que trabalham com acervos museológicos e o desenvolvimento de pesquisas com base em trabalhos bem sucedidos já estão sendo compartilhados no meio técnico e acadêmico.

Neste caso, podemos citar o trabalho desenvolvido pelo MAE-UFPR que organizou o acervo em banco de dados a partir dos sítios onde os objetos foram coletados. As coleções foram organizadas a partir dos sítios e da tipologia do acervo, cujos objetos são processados de maneira individual ou em conjunto. Este trabalho foi desenvolvido de acordo com as necessidades da

instituição e da experiência dos profissionais que conhecem as questões relacionadas a este acervo (Leal, 2011, p. 39 e 40).

Há ainda, a experiência desenvolvida no LEPAARQ – Laboratório de Antropologia e Arqueologia da UFPel – que criou um sistema de banco de dados, o PGAARq com a finalidade de realizar o registro não apenas das informações concernentes aos objetos mas também com respeito aos sítios arqueológicos onde estes foram coletados. O programa viabiliza não apenas a organização e preservação das informações, mas também, permite uma eficiente indexação desses dados (Ramos, 2010, p. 30 e 31).

O IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus - tem se preocupado em estabelecer uma normatização para o desenvolvimento dos trabalhos na área museológica, inclusive no âmbito da documentação, visto que uma das competências do órgão é “estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no país e promover seu desenvolvimento” (DECRETO Nº 6.845, 2009. Art 2 , Inciso II), no entanto, apesar dos esforços, devido ao pouco tempo de criação e atuação do órgão, este sistema ainda não foi totalmente viabilizada em âmbito nacional.

Ao contrário do que ocorria nas primeiras discussões sobre a documentação museológica, que estavam centralizadas em expor as dificuldades em desenvolver sistemas de documentação eficientes e condizentes com as necessidades técnicas das instituições museológicas, atualmente, a preocupação tem sido em apontar e apresentar soluções utilizadas nos espaços museológicos buscando a maior eficiência nas técnicas de documentação, principalmente no que tange a salvaguarda, indexação e transmissão da informação (Yassuda, 2009, p. 39).

### **O LEPA/UFSM**

A importância patrimonial do acervo constituído pelo LEPA é indiscutível, não apenas porque remonta pesquisas efetuadas

desde a década de 60 e que geraram as coleções salvaguardadas atualmente, mas também por serem fontes constantemente estudadas por pesquisadores de diferentes áreas, como arqueólogos, geólogos, historiadores e outros profissionais que desenvolvem projetos vinculados ao acervo do laboratório.

Todo este acervo, embora com documentação arqueológica e registro de campo, não possui uma documentação tratando-o de forma patrimonial que garante a preservação não apenas das informações de coleta, como também as informações físicas e atualizadas dos objetos.

Neste sentido, assim como as demais instituições que possuem acervos patrimoniais com necessidades acerca da documentação museológica, é relevante e necessário o sistema que está sendo implantado para o LEPA-UFSM buscando soluções práticas para as especificidades das suas coleções.

Além disso, a documentação arqueológica não é padronizada e a recuperação de informação, ou seja, a indexação era impraticável, já que cada pesquisador tem seu próprio sistema de coleta e de informação. Também, o fato de que o acervo não possuía um sistema de classificação e catalogação para as coleções como um todo dificultava tanto a organização física como a de dados e conseqüentemente a posterior localização do objeto e das informações sobre o mesmo.

Outro aspecto importante considerado na implantação do sistema LEPA está no fato de registrar trajetória do objeto, não apenas no seu contexto histórico e no percurso de tempo da saída do sítio para a inserção no acervo, mas também dentro do laboratório, porque ao deixar o contexto onde foi originalmente encontrada, a peça adquire sentidos e funções diferentes daquelas para os quais foram criadas, pois *“(...) o objeto continua sua história de vida, estando sujeito permanentemente a transformações de toda a espécie, em particular de morfologia, função e sentido, as quais devem ser sistematicamente documentadas e agregadas à sua trajetória”* (Cândido, 2002, p. 36).

Os procedimentos metodológicos que estão sendo aqui apontados como soluções para a implantação do sistema de documentação do LEPA têm como referencial o padrão de Normas de Inventário do IPM para Acervos Arqueológicos, por se tratar de um padrão internacional já estabelecido e uma experiência bem sucedida em seu aspecto prático.

Antes de adentrarmos na implantação do sistema documental foi necessário efetuarmos o arrolamento de todo o acervo, procedendo à organização física por coleção e tipologia, padronizando o acondicionamento e identificação de todo o material, facilitando sua localização física, através da criação de uma Reserva Técnica.

A finalidade desse acondicionamento inicial e organização física de forma mais geral é simplificar a instalação do processo documental, ao mesmo tempo em que permite o andamento das pesquisas que são efetuadas no acervo do laboratório por pesquisadores da graduação e pós-graduação, e que passarão por tratamento de documentação museológica posteriormente.

Concomitantemente, foram levantados dados a partir do próprio acervo que pertence ao LEPA, efetuando-se o diagnóstico das necessidades da instituição. Em seguida, procedeu-se à análise do referencial teórico sobre o trabalho desenvolvido em acervos arqueológicos em instituições internacionais e nacionais, para compreender as dificuldades e soluções encontradas por técnicos que tratam desta tipologia patrimonial. De posse desse conhecimento foi estabelecido um sistema documental que já está em andamento, para atender as necessidades específicas do laboratório. A execução deste processo está atrelada à utilização de tecnologia em banco de dados.

Para implantar o sistema documental é imprescindível entender as coleções que compõem o acervo e então apresentar um método de identificação de conjunto de objetos, e, para isso, optamos pela Classificação em Categorias e Subcategorias. Cada uma das coleções corresponde a uma categoria, a exemplo, a

coleção do Professor Vitor Hugo, a do Projeto São Martinho e a do Projeto Salamanca, que são as maiores coleções.

As subcategorias estão relacionadas com as tipologias que determinam o agrupamento de objetos a partir da composição, ou seja, o tipo de material que compõe a peça, seja metal, vidro, cerâmica, ou qualquer outro.

Também, uma parte da ficha de registro está sendo adaptada para ter o espaço de identificação das campanhas em que foram coletadas as peças, localizando temporalmente as coleções que compõem o LEPA, enquanto outro campo da ficha está sendo criado para registrar o Contexto Arqueológico, ou seja, o local exato onde a peça foi encontrada.

A proposta tem como objetivo a delimitação das peças, efetuando o registro individual e em conjunto, de acordo com o sistema implantado, procedendo à indexação, através da marcação física, e à salvaguarda das informações – intrínsecas ao objeto e coletadas a partir de pesquisa – numa base de dados, preservando tanto o objeto como as informações acerca do mesmo.

No processo de Classificação é importante decidir o tipo de sistema de numeração mais adequado para o acervo. No caso do LEPA, por se tratar em sua maioria de objetos obtidos a partir de coleta realizada dentro de projetos de pesquisa arqueológica, o sistema que está sendo adotado utilizará especificamente uma sigla para identificar a coleção, um número em algarismo romano para determinar a tipologia do objeto correspondente à Subcategoria e um número corrido para identificar o próprio objeto ou conjunto de objetos, a depender do caso, podendo receber uma subdivisão numérica para identificar os objetos individualmente quando pertencentes a um determinado conjunto.

A título de exemplo, ao determinar o número de inventário de um objeto lítico da Coleção Vitor Hugo, supondo que ele seja o primeiro objeto a ser inventariado, teremos: VH/I/0001. Sendo VH a sigla da coleção, I é o número em algarismo romano que determina a tipologia da coleção, neste caso material lítico, e o número corrido

que corresponde à unidade única do objeto, que terá a quantidade de casas decimais consistente com o quantitativo da coleção.

Quanto ao Registro, o programa utilizado para a sistematização é um software livre conhecido como OpenOffice Base com download disponível no endereço [www.openoffice.org/download](http://www.openoffice.org/download) e pode ser configurado de acordo com as necessidades de cada usuário.

Cada um dos campos da base de dados corresponde a um dos itens contidos na Ficha de Registro, que consta não apenas dos itens comuns a demais fichas de documentação, como data de entrada, denominação, peso, dimensões, histórico, mas principalmente as referências quanto à localização tempo/espaço da coleta do material, na preocupação de manter o registro arqueológico preciso.

O cadastramento de todo o acervo em forma digital ocorre através do preenchimento dos formulários gerados no banco de dados, simultaneamente ao processo documental de cada peça, incluindo o processamento físico como o recolhimento de medidas, peso, registro fotográfico e posterior acondicionamento correto para cada uma das peças, dentro do espaço criado no laboratório exclusivamente para este fim, já citado anteriormente.

### **Conclusão**

Embora a documentação museológica tenha avançado muito nos últimos anos, em nosso país ainda não existe um modelo que padronize os sistemas documentais para as diferentes tipologias de acervo. O mais recorrente é a criação de sistemas por cada instituição, normalmente de forma empírica, para atender as especificidades relativas ao acervo.

Atualmente, há uma grande produção de sistemas para tratamento de acervos arqueológicos, tanto internacionalmente, como é o caso do sistema de normatização para acervos arqueológicos em Portugal, quanto nacionalmente, com as

experiências isoladas de instituições brasileiras que trabalham com este tipo de acervo.

A implantação do sistema documental do LEPA constitui uma experiência específica e peculiar criando um sistema próprio para o laboratório, produzido para a melhor preservação das informações, pois promove a localização do acervo no tempo (quando da coleta) e espaço (contexto arqueológico) dentro de cada coleção.

Outros projetos têm sido criados no nosso país e na região sul, no entanto, como já ressaltado, no caso do museu da Universidade do Paraná, o acervo já possuía uma documentação anterior que precisou ser reformulada por problemas no sistema projetado anteriormente. No caso do LEPAARQ - UFPel foi gerado um sistema de banco de dados próprio por um analista de sistemas.

No LEPA, o sistema é criado para um acervo que nunca foi processado, e ao mesmo tempo, o banco de dados gerado em um software livre por um profissional museólogo com conhecimento mediano de informática, suficiente para criar a própria ficha de Registro na Base de Dados.

Todos esses aspectos considerados são fatores importantes que endossam e fundamentam a relevância da elaboração e execução do processo de documentação museológica e organização do acervo do LEPA, que poderá servir como base para a construção de novos sistemas e modelos que poderão ser usados em projetos futuros nessa área de estudo.

## Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 4. ed., São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BOTTALLO, Marilúcia. "A gestão documental do Patrimônio Arqueológico e Etnográfico". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: EDUSP, nº 6, p. 287-292, 1996.
- BOTTALLO, Marilúcia "As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de documentação Museológica". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: EDUSP, nº 8, p.257-268, 1998.
- BOTTALLO, Marilúcia "O papel da Documentação Museológica nos processos de Salvaguarda Patrimonial: a montagem da exposição temporária" Brasil 50.000 anos. Uma viagem ao passado Pré-colonial. São Paulo: MAE/USP, EDUSP, 2001.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museu: aquisição-documentação*. Tecnologias apropriadas para a preservação de bens culturais. 1. ed., Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.
- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: *Caderno de diretrizes museológicas I*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 33-92, 2002.
- CARVALHO, Maria João Vilhena de. *Escultura: Normas de Inventário*. 1. ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.
- CHAGAS, Mário de Souza. *Museália*. 1. ed., Rio de Janeiro: J C Editora, 1996.
- CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do Documento perdido: a Problemática da Construção Teórica na Área da Documentação. In *Cadernos de Ensaio*. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, n. 2, p. 41-53, 1994.
- COSTA, Evanise Páscoa. *Princípios Básicos da Museologia*. 1. ed., Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

- CRUZ, Maria das Dores & CORREIA, Virgílio Hipólito. *Cerâmica Utilitária: Arqueologia*. 1. ed., Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.
- DECRETO-LEI Nº 25, de 30 de novembro de 1937.
- DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA. *Endovélico: Sistema de Gestão e Informação Arqueológica*. Lisboa, Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 5, número 1., 2002, p.277-283.
- ICOM/UNESCO. *Ética de Aquisições*. Paris: International Council of Museums, 1970.
- ICOM/UNESCO. *Como Gerir um Museu: Manual Prático*. Paris: ICOM – Conselho Internacional de Museus, 2004.
- FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *Cadernos de Ensaio*. Estudos de Museologia. n. 2, Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, p. 65-74, 1994.
- FERREZ, Helena Dodd & BIANCHINI, Maria Helena. S. *Thesaurus para acervos musicológicos*. 2v., Rio de Janeiro: Minc/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória/MHN. Coordenadoria geral de Acervos Museológicos, 1987.
- HERRERA, A.H. Arquivos, Documentos e Informação. O Direito à Memória. In: *Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, p. 113-120, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- LEAL, Ana Paula da Rosa. *Musealização da Arqueologia: Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná*. Monografia, Pelotas: UFPel, 2011.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. *Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: informação em Arte um novo campo do saber*. Tese, Rio de Janeiro: IBIPC/PPGCI – UFRJ/ECO, 2003.
- PINHO, Elsa Garrett & FREITAS, Inês da Cunha. *Normas Gerais. Normas de Inventário*. 1.ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

- RAMOS, Rafaela Nunes. *Gestão, Preservação e Informação: Uma Proposta Digital para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARO) da Universidade Federal de Pelotas*. Monografia: Pelotas: UFPel, 2010.
- RAPOSO, Luís; MARTINS, Adolfo Silveira & CORREIA, Virgílio. *Arqueologia. Normas de Inventário*. 1.ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.
- YASSUDA, Sílvia Nathaly. *Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista*. Dissertação. Marília: Unesp, 2009.

Recebido em: 16/07/2011  
Aprovado em: 21/10/2011  
Publicado em: 06/12/2011